

CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA BRASILEIRA NO CAMPO DA TEORIA DAS ORGANIZAÇÕES: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

¹Paulo Henrique Vieira Gomes

RESUMO:

Em diversos países do mundo, o campo da Teoria das Organizações tem sido dominado por uma perspectiva anglo-saxônica, com forte viés, em especial, dos Estados Unidos. Contudo, uma série de fatores tem contribuído para alterar esta realidade, inclusive no Brasil. Este estudo tem como objetivo investigar as tendências quanto ao perfil dos autores, das metodologias, dos temas e das referências da produção bibliográfica brasileira no campo da Teoria das Organizações. Busca, ainda, apresentar um enquadramento da produção analisada em relação às narrativas analíticas de Reed (1999). A pesquisa realizada abrange dois importantes veículos de divulgação da produção científica nacional na área da Administração, a RAC e o ENANPAD, tendo por foco o período de 2005 a 2009. Trata-se, portanto, de um estudo bibliométrico, cuja amostra é composta de 28 artigos. Constatou-se a predominância de autores masculinos, oriundos dos estados da região Sul e Sudeste. Verificou-se uma predominância de ensaios teóricos e que maioria dos artigos não trazia o polo metodológico estruturado de forma explícita. Verificou-se também uma predominância no tratamento das narrativas de forma individualizada nos trabalhos, sendo a Integração a narrativa mais utilizada e a Racionalidade e Conhecimento as menos utilizadas. Por fim, pôde-se concluir que na ENANPAD há uma predominância de referências nacionais ao contrário do que se constatou na RAC.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria das Organizações. Estudo Bibliométrico. RAC. ENANPAD.

1 INTRODUÇÃO

A revolução industrial, iniciada em meados do século XVIII na Inglaterra, com o advento da máquina a vapor, expandiu-se pelo mundo a partir do século XIX, gerando profundas transformações no modo de produção até então dominante. Em seu primeiro momento, a indústria têxtil é um clássico representante dos avanços trazidos pela nova tecnologia. Contudo, é no seu segundo momento, aproximadamente, a partir de 1870, que se intensificam as mudanças que levariam à

¹ Mestre em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará



sistematização da Administração como ciência, em grande medida, em resposta às crescentes demandas da industrialização. Neste cenário, a indústria automobilística ocupa papel central, como ilustra, por exemplo, a criação das famosas linhas de montagem idealizadas pelo empresário norte americano Henry Ford.

Com o crescimento acelerado das indústrias e a intensificação de demandas por novos produtos, impõem-se a necessidade de racionalização do processo de produção em massa e a busca da maximização do capital investido. Legitima-se, assim, o imperativo de se desenvolver concepções teóricas capazes de lidar com questões técnicas de eficiência e produtividade, mas também com questões gerenciais, de planejamento, execução e controle, que viriam a possibilitar a transformação de pequenas fábricas em grandes corporações. Nesse contexto, surgem os primeiros teóricos das organizações, dentre os quais, destacam-se o americano Frederick Taylor (1856-1917), com a Administração Científica, e o francês Henri Fayol (1841-1925), com a Teoria Clássica. Da união dessas duas teorias, foi desenvolvida a primeira abordagem das teorias organizacionais, a Abordagem Clássica (PUGH; HICKSON, 2004).

Após a concepção dessa primeira abordagem no início do século XX, várias outras abordagens foram desenvolvidas ao longo do mesmo século, ampliando o campo que viria a ser denominado de Estudos Organizacionais. Muitas dessas novas abordagens são consideradas ortodoxas, baseadas nos pressupostos do paradigma funcionalista. Entretanto, outras abordagens alternativas ao funcionalismo viriam a ser desenvolvidas, tais como o neoinstitucionalismo, a teoria crítica e o pós-modernismo.

No Brasil, entre a década de 50 e 60 do século XX, surgem as primeiras escolas de administração e com elas as abordagens da Teoria das Organizações começam a se difundir no meio acadêmico brasileiro. O acesso desses pioneiros a obras influentes da Teoria das Organizações foi dificultosa, o que causou, conforme Bertero e Keitner (1994), publicações de reduzida originalidade e raramente apoiadas em pesquisas empíricas. Contudo, a partir da década de 1990, com o advento da internet, verifica-se maior facilidade de acesso à literatura estrangeira, o



que ajudaria a sanar as dificuldades de identificação de fontes importantes da evolução teórica das Teorias das Organizações, como ressaltam Fachin e Rodrigues (1999).

Desde o final da década de 1990, os estudos organizacionais no Brasil têm sido influenciados pelo lançamento da edição brasileira do *Handbook of Organization Studies*, de Stewart Clegg, Cynthia Hardy e Walter Nord, que contribuiu para a diversificação do campo. A um só tempo, esta obra consolidou visões clássicas e trouxe novas perspectivas da teorização organizacional, tendo recebido na edição brasileira significativas contribuições, de acadêmicos nacionais, sob a forma de notas técnicas, na busca de se propiciar uma dimensão autóctone a este campo de conhecimento, historicamente marcado por uma visão americanizada da administração.

Na busca de desenvolvimento de uma perspectiva mais brasileira da teorização organizacional, relevantes avanços foram feitos, em particular, por autores como Guerreiro Ramos, Maurício Tragtenberg e Prestes Motta. Neste sentido, também merecem destaque a atuação de algumas entidades de pesquisa e órgãos de fomento, como a CAPES, o CNPq, a ANPAD e diversas Instituições de Ensino Superior, em especial da esfera pública. A partir destas considerações, a questão orientadora da presente pesquisa é: Como se caracterizam os trabalhos científicos que abordam a temática da Teoria das Organizações, no período compreendido entre os anos de 2005 e 2009?

Dessa forma, o objetivo deste trabalho é investigar as tendências quanto ao perfil dos autores, das metodologias, dos temas, das referências da produção bibliográfica e das narrativas dominantes no campo da Teoria das Organizações.

Em termos de estrutura, o presente estudo divide-se em cinco seções, incluindo essa introdução. Na seção seguinte, apresenta-se o referencial teórico sobre Teoria das Organizações. Na terceira seção, apresenta-se a metodologia utilizada. Na quarta, são apresentados os resultados da pesquisa e na última seção são tecidas as considerações finais.



2 A TEORIZAÇÃO ORGANIZACIONAL

Historicamente, os estudos organizacionais remontam o final do século XIX e início do século XX. As teorias da administração refletem o momento histórico em que são produzidas. No início do século XX, as teorias administrativas refletiam as necessidades das grandes empresas que estavam surgindo como o avanço da revolução industrial, no qual a ênfase da administração estava focada na produção eficiente de bens. Foi ao longo da primeira metade deste século que as diferentes correntes teóricas se solidificaram, baseadas fundamentadas principalmente no princípio da racionalidade. Entretanto, foi ao longo das três últimas décadas que a teoria e as práticas organizacionais mudaram significativamente, de uma perspectiva ortodoxa dominada pelo funcionalismo para uma perspectiva pluralizada e mais crítica. Dessa forma, à medida que novas perspectivas têm sido desenvolvidas, maiores oportunidades de se iniciar novas conversações têm-se manifestado, trazendo mais diversidade, mais discordância, mais pontos de interseção, enriquecendo os estudos sobre a Teoria das Organizações (CLEGG; HARDY, 1999).

A apresentação de uma síntese das teorias, e suas ramificações, que compõem o campo dos estudos organizacionais foge ao escopo deste estudo. Optou-se, alternativamente, por se reconstruir a história do desenvolvimento da Teoria das Organizações a partir das narrativas analíticas de Reed (1999).

2.1 As narrativas analíticas de Reed

Na Figura 1, têm-se as seis narrativas que formam o campo intelectual de conflitos históricos em que a Teoria das Organizações desenvolveu-se:

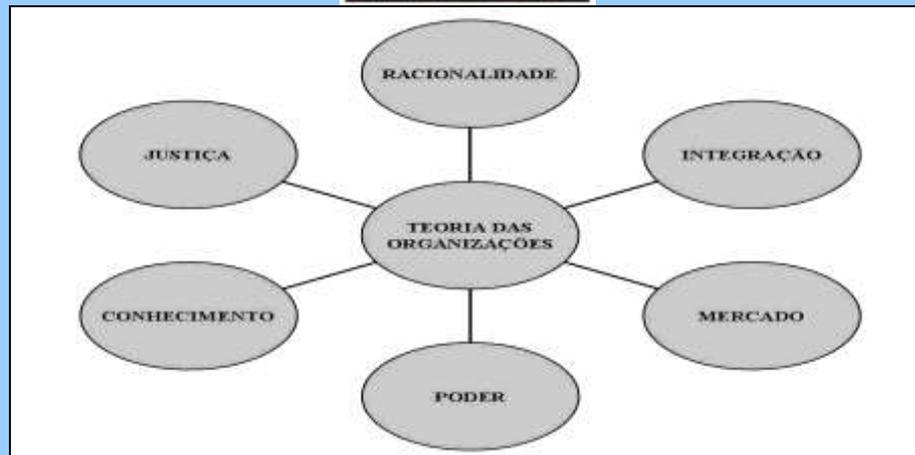


Figura 1 – Narrativas da Teoria das Organizações.

Fonte: Baseado em Reed (1999).

Essas narrativas, segundo Reed (1999), serviram de base para o desenvolvimento dos estudos organizacionais por pelo menos um século. Forneceram, ainda, a gramática por meio da qual narrativas puderam ser construídas e difundidas, bem como os recursos simbólicos e técnicos por meio dos quais as organizações puderam ser discutidas. Em essência, constituem um conjunto de textos e discursos compartilhados que têm sido utilizados para mediar debates entre especialistas. Deste modo, discute-se, de forma breve cada um deles a seguir.

Quanto à primeira narrativa, *racionalidade*, ou de modo mais pragmático, a organização racional, trata-se de um instrumento dirigido para a solução de problemas coletivos, de ordem social ou de gestão, pois essas organizações são regidas por leis científicas de administração que exclui totalmente os valores e emoções humanas no processo de tomada de decisões. Dessa forma, segundo Clegg e Hardy (1999, p. 67):

Os seres humanos tornam-se “matéria prima” transformada pelas tecnologias da sociedade moderna em membros bem comportados e produtivos da sociedade, pouco propensos a interferir nos planos de longo prazo das classes dominantes e elites. Portanto, os problemas sociais, políticos e morais podem ser transformados em problemas de engenharia passíveis de solução técnica.



O modelo teórico da organização racional foi aos poucos sendo contestado, cedendo espaço para a organização racional burocrática, que se tornou uma forma indispensável de poder baseada em funções técnicas objetivas e necessárias para o funcionamento previsível de uma organização fundamentada na autoridade racional-legal. O racionalismo repercutiu no desenvolvimento das organizações durante toda a primeira metade do século XX e transformou a teoria e a prática da administração de uma arte intuitiva para um conjunto de conhecimentos e melhores práticas para subsidiar a tomada de decisões para o alcance da máxima eficiência.

Em relação à segunda narrativa, *integração*, deve-se ressaltar, inicialmente, que o racionalismo passou a ser criticado duramente a partir dos anos 30 do século XX por não conseguir resolver os problemas de integração social e as implicações para a manutenção da ordem social vigente. Segundo Clegg e Hardy (1999, p. 70):

a boa sociedade e a organização eficaz são aquelas capazes de facilitar e sustentar a realidade sociopsicológica de cooperação espontânea e estabilidade social em face de mudanças econômicas, políticas e tecnológicas que ameaçam a integração do indivíduo e do grupo dentro de uma comunidade.

Portanto, a crença de que as organizações deveriam se basear unicamente no racionalismo foi bastante questionada. As organizações passaram a ser vistas não apenas como um sistema técnico, mas também como um sistema social, formal e informal, que facilitava a integração de indivíduos, portadores de necessidades e desejos, em um mesmo grupo, contribuindo, assim, para a adaptação dessa organização às condições técnico-sociais de mudança.

No tocante à terceira narrativa, *mercado*, cabe destacar seu papel na dinâmica articulação entre o capital e o trabalho. Com o avanço tecnológico durante a Revolução Industrial, a riqueza acumulada no campo se transferia para as fábricas e centros urbanos por meio da aquisição de tecnologia, intensificando a separação entre a força de trabalho e os meios de produção. Em paralelo, a evolução do sistema capitalista consolida uma nova divisão estrutural da sociedade: o capital e o trabalho, que se organizam no mercado.



O mercado aparece como instituição neutra, onde trocas são realizadas de forma livre e igual, contudo as trocas entre indivíduos e organizações não são trocas iguais, pois ambos detêm recursos de poder consideravelmente diferentes. Dessa forma, liberdade e igualdade não são conceitos aplicáveis quando a lógica é a da competição. Como argumenta Reed (1999, p. 73):

As organizações são uma resposta automática e um preço razoável a ser pago pela necessidade de se dispor de agentes econômicos formalmente livres e iguais, capazes de negociar e monitorar contratos em meio a transações complexas de mercado, que podem ser acomodadas em arranjos institucionais existentes.

Assim, a elaboração de teorias sobre comportamento das organizações são sensíveis às limitações institucionais em que são conduzidas as transações econômicas. De fato, as organizações e as economias têm que se adaptar, de forma intensiva, às demandas do mercado, pois este orienta a produção do conhecimento prático.

Quanto à quarta narrativa, *poder*, verifica-se que o modelo de poder em análise organizacional é fundamentado na sociologia de dominação e análise de burocracia e burocratização de Max Weber, que enfatiza a interação complexa que há entre a racionalização da sociedade e a da organização, sendo a primeira tentativa de construção de categorias sistêmicas para a análise organizacional (PUGH; HICKSON, 2004).

Essa concepção estrutural ou institucional de poder organizacional foi complementada por um foco mais concentrado nos processos micropolíticos, por meio das quais o poder é obtido e mobilizado, em posição ou em paralelo a regimes estabelecidos e suas estruturas de comando (FOUCAULT, 1998). Contudo, esse enfoque mais recente de pesquisa sobre os processos de interação ou micropolítica, por meio do qual as relações de poder são temporariamente sedimentadas em estruturas de autoridade mais permanentes e estáveis, desvia a atenção para longe dos mecanismos hierárquicos que sustentam a produção do poder (REED, 1999).



Segundo Reed (1999, p. 75), “a análise de Lukes (1974) sobre as “múltiplas facetas do poder” tornou-se o maior ponto de referência para a pesquisa contemporânea sobre a dinâmica e os resultados do poder organizacional”. Sua diferenciação resulta de uma ampliação considerável do programa de pesquisa para o estudo de poder na organização, bem como dos modelos pelos quais o tema poder ser abordado.

A narrativa do poder, conforme Reed (1999) rejeita o determinismo ambiental inerente às teorias organizacionais baseadas no mercado, com sua ênfase obstinada nos imperativos de eficiência e eficácia e questiona ainda os pressupostos unitaristas que são inerentes aos modelos racionalistas, orgânico e de mercado, pois questiona a coerência analítica e o alcance exploratório de um modelo teórico de poder com capacidade limitada de lidar com as complexidades materiais, culturais e políticas das mudanças organizacionais.

No tocante à quinta narrativa, *conhecimento*, Reed (1999) afirma que várias abordagens teóricas baseiam-se nessa orientação geral para desenvolver uma agenda de pesquisa para análise organizacional que tenha, como interesse estratégico, os processos de produção do conhecimento por meio das quais as organizações são produzidas.

Nesta narrativa, estuda-se o conteúdo do conhecimento nas organizações com uma abordagem teórica. Esta característica de análise não tem uma preocupação com o processo de aprendizagem, mas sim como gerenciar o conteúdo do conhecimento. A produção, codificação, estoque e uso de conhecimento, relevantes para a regulação do comportamento social, torna-se uma questão estratégica para a mobilização e institucionalização de conhecimento como forma de poder. Retrabalhadas nessa problemática, as organizações tornam-se portadoras de conhecimentos sociais, técnicos e de habilidades por meio dos quais modelos particulares de relacionamento social surgem e se reproduzem (REED, 1999).

Em relação à sexta narrativa, *justiça*, verifica-se que esta tem como pré-suposto redirecionar o estudo das organizações para as formas institucionais, tendo em vista questões analíticas e normativas. As organizações são consideradas como



formas institucionalizadas de prática social, destinadas à preservação histórica de determinados padrões de valores e interesses de atores coletivos.

A narrativa estruturada sobre a justiça e democracia busca reconectar o estudo dos discursos e das práticas localmente contextualizados com ordens de poder, de autoridade e de controle institucionalizados, que têm racionalidade social e dinâmica histórica específica (REED, 1999). Dessa forma, ressalta-se o papel estratégico desempenhado pelas lutas de poder entre atores institucionais com o objetivo de controlar a formação e reforma dos sistemas de regras que guiam a ação política e econômica.

Conjuntamente, as seis narrativas analíticas propostas por Reed (1999), constituem, no campo dos estudos organizacionais, um valioso esquema interpretativo que permitem uma compreensão mais ampla acerca das organizações. As diferentes teorias podem ser enquadradas neste modelo, conforme demonstrado no Quadro 1.

NARRATIVA	TEORIAS
RACIONALIDADE	Teoria Clássica
	Teoria Estruturalista
	Teoria Burocrática
INTEGRAÇÃO	Teoria das Relações Humanas
	Teoria Sistêmica
	Teoria Contingencial
MERCADO	Teoria do Custo de Transação
	Ecologia Populacional
PODER	Teoria Neo Burocrática
	Teoria Institucional
CONHECIMENTO	Teoria Pós-estruturalista
	Teoria Pós-modernista
	Teoria do Ator Rede
JUSTIÇA	Teoria Participativa



	Teoria Crítica
--	----------------

Quadro 1 – Narrativas e suas respectivas teorias.

Fonte: Elaboração a partir de Reed (1999).

Estas narrativas analíticas, como argumenta Reed (1999), refletem um campo intelectual historicamente contestado, caracterizado por controvérsias e conflitos, no qual diferentes perspectivas da teorização organizacional se desenvolveram.

3 OS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS NO BRASIL

Os estudos organizacionais no Brasil iniciaram-se por volta de 1980, baseados principalmente nas teorias organizacionais de origem anglo-saxônicas. Essa influência deveu-se, em grande medida, à abertura do mercado brasileiro. Deste modo, em um contexto de crescente competitividade, as empresas, em especial as multinacionais, passaram a exercer pressão por mão de obra local qualificada, capaz de assumir cargos de gerência, em nível estratégico. Essas pressões culminaram com a criação dos primeiros programas de pós-graduação da área de Administração que tiveram o apoio de professores de origem anglo-saxônica para o início das suas atividades (RODRIGUES; CARRIERI, 2001).

Outro fator de grande influência anglo-saxônica no desenvolvimento dos estudos organizacionais brasileiro foi a publicação da versão em português do livro *Handbook of Organization Studies* no fim dos anos 1990. Contudo, com o crescimento na discussão dos temas relacionados aos estudos organizacionais por pesquisadores brasileiros e devido a atuação de algumas entidades de pesquisa e órgãos de fomento brasileiro, como a CAPES, o CNPq, a ANPAD e diversas Instituições de Ensino Superior, espera-se que a perspectiva brasileira da teorização organizacional seja consolidada de forma mais autêntica e menos influenciada pela escola anglo-saxônica.



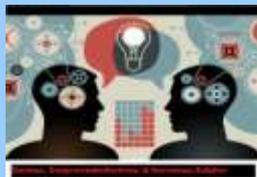
3.1 Metodologia

A tipologia utilizada no presente estudo foi a Bibliometria que, como afirmam Guedes e Borshiver (2005), utiliza um conjunto de leis e princípios com o intuito de mapear e gerar indicadores do estado da produção de uma Ciência a partir do uso de ferramentas de estatística descritiva. Como argumenta Campos (2003), apesar de não inferir sobre a qualidade das produções científicas de determinado assunto, o estudo bibliométrico permite avaliar a produção e orientar rumos de pesquisa em determinada área do conhecimento. Neste estudo, busca-se analisar um conjunto de características na produção bibliográfica no campo da Teoria das Organizações.

Para a seleção da amostra do estudo, foram considerados os termos “Teoria da Organização”, “Teoria das Organizações”, “Teoria Organizacional” e “Teorias Organizacionais”, constantes nos títulos, resumos e palavras-chave dos artigos científicos publicados nos anais do Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração – ENANPAD e nas edições da Revista de Administração Contemporânea – RAC. A decisão de investigar a produção científica nesses dois meios de divulgação justifica-se pelo fato desses 2 meios de divulgação estarem vinculados a Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração – ANPAD, que é um órgão criado em 1976 e desde a sua fundação promove o ensino, a pesquisa e a produção de conhecimento dentro do campo das ciências administrativas e áreas afins no Brasil, tornando-se um órgão importante para a comunidade acadêmica brasileira.

O limiar temporal utilizado na pesquisa foi o período compreendido entre os anos de 2005 e 2009. Nesse período de tempo, a amostra foi de 22 artigos científicos apresentados no ENANPAD e de 6 artigos científicos publicados na RAC.

Após a definição da amostra da pesquisa, os 28 artigos foram lidos e analisados com base em uma categorização criada pelos autores, com o objetivo de responder à questão de pesquisa. Dessa forma, foram estabelecidos critérios de categorização: ano de publicação, quantidade de autores por artigo, o perfil dos



autores, os autores mais produtivos, as Instituições de origem mais produtivas, os aspectos metodológicos dos artigos, a abordagem do conhecimento utilizado baseada nas narrativas analíticas apresentadas no referencial teórico e, por fim, foi analisada a origem das referências. Após a categorização dos dados, foram aplicadas técnicas de estatística descritiva, de modo a se gerar gráficos e tabelas para a sistematização e apresentação dos resultados.

4 CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA BRASILEIRA NO CAMPO DA TEORIA DAS ORGANIZAÇÕES

No levantamento realizado, conforme evidenciada no Gráfico 1, constatou-se o predomínio de artigos sobre o tema em foco no ano de 2005, tendo sido identificados 7 artigos apresentados no ENANPAD e 1 publicado na RAC. Verificou-se, ainda, que não existe um padrão na quantidade de publicações de artigos que tratem explicitamente do tema Teoria das Organizações nos dois meios de divulgação investigados no estudo, pois a quantidade varia a cada ano.

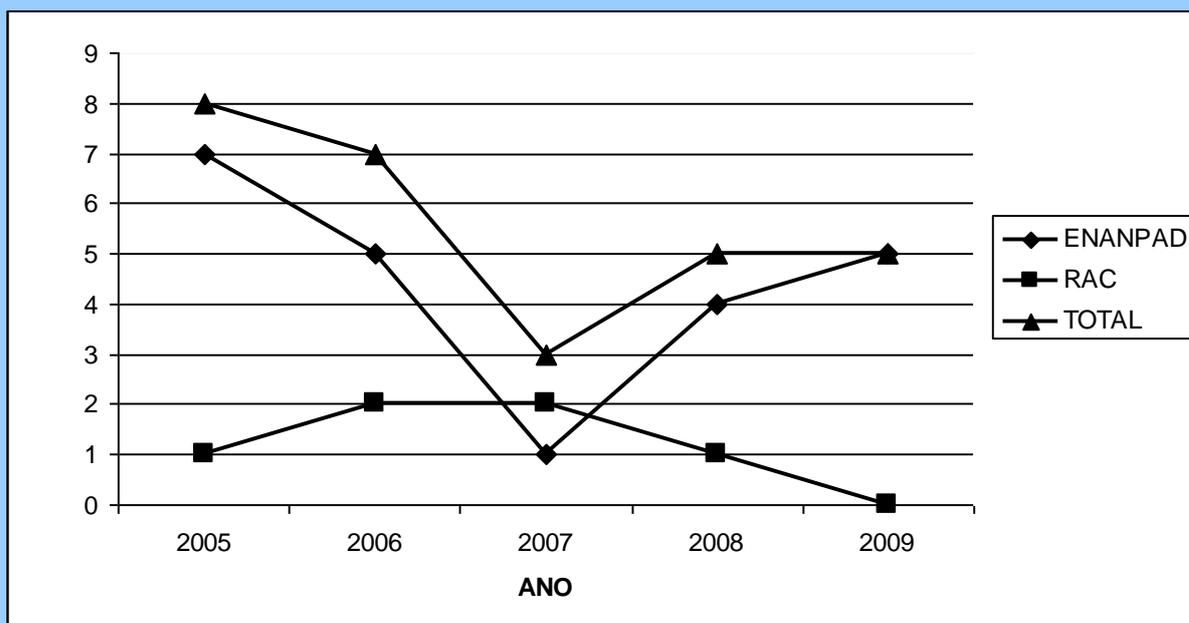


Gráfico 1: Quantidade de artigos científicos por período.



Fonte: Dados da pesquisa bibliométrica (2010).

Analisou-se ainda a quantidade de autores por artigo. O Gráfico 2 apresenta essa análise.

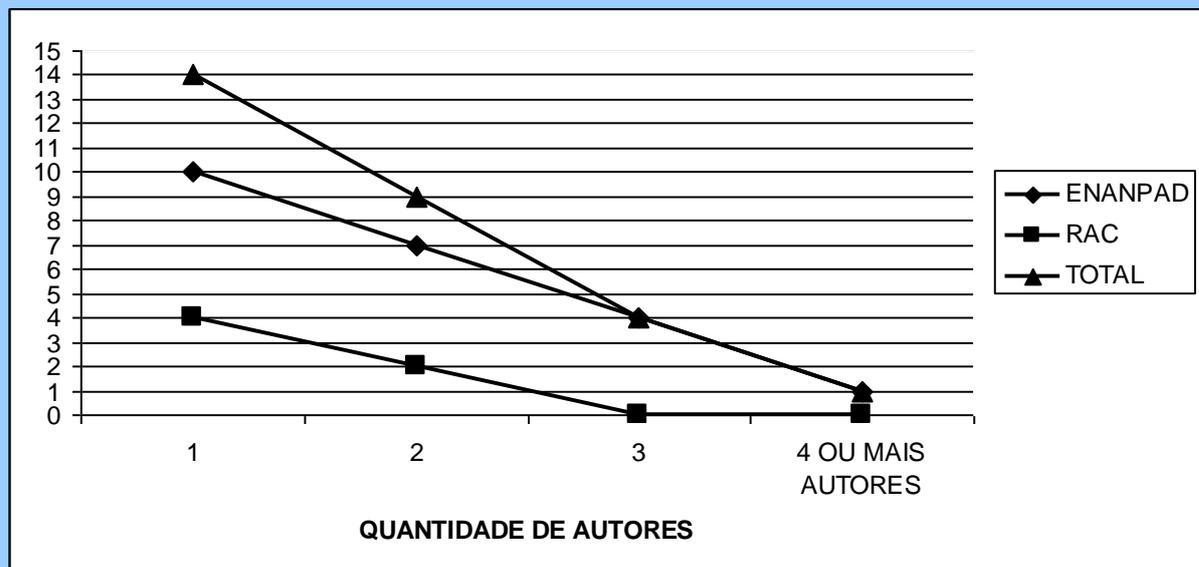
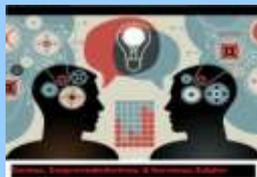


Gráfico 2: Quantidade de autores por artigos.

Fonte: Dados da pesquisa bibliométrica (2010).

No Gráfico 2, tem-se evidenciado a predominância de artigos com apenas um autor, representando 50% da amostra da pesquisa. Constatou-se, ainda, que, conforme a quantidade de autores aumenta, o número de artigos diminui, chegando ao ponto de artigos com quatro ou mais autores representarem apenas 1 artigo.

Analisando o perfil dos autores, percebe-se a representatividade de autores do sexo masculino, sendo 65% dos autores no ENANPAD e 87,5% dos autores na RAC. Constatou-se que, no quesito de produtividade, destacam-se Crubellate, com 3



artigos, sendo 2 no ENANPAD 1 na RAC, Vecchio, com 2 artigos no ENANPAD, e Gomes, com 2 artigos na RAC.

Em relação às Instituições de origem dos autores, verifica-se na Tabela 1 que as instituições públicas representam 50% do total e que as instituições com maiores quantidades de autores são Universidade de Brasília e Universidade Estadual de Maringá, com 4 autores cada instituição, e Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com 3 autores.

Tabela 1 – Instituição de Origem dos Autores

INSTITUIÇÃO DE ORIGEM DOS AUTORES	TIPO DE INSTITUIÇÃO	ENANPAD	RAC	TOTAL
Centro Universitário UnA	Privada	1	0	1
Faculdade de Tecnologia SENAI Joinville	Pública	1	0	1
Faculdade Dois de Julho	Privada	1	0	1
Fundação Getúlio Vargas	Privada	1	0	1
Inspere Instituto de Ensino e Pesquisa	Privada	0	1	1
Universidade do Estado de Mato Grosso	Pública	1	0	1
Universidade do Estado de Santa Catarina	Pública	1	0	1
Universidade do Planalto Catarinense	Privada	1	0	1
Universidade do Sul de Santa Catarina	Pública	1	0	1
Universidade do Vale do Itajaí	Privada	1	0	1
Universidade Federal de Pernambuco	Pública	1	0	1
Universidade Federal de Santa Maria	Pública	0	1	1
Universidade Federal do Espírito Santo	Pública	1	0	1
Universidade Federal do Pampa	Pública	1	0	1
Universidade FUMEC	Privada	1	0	1
Universidade Metodista de São Paulo	Privada	1	0	1
Faculdade Novos Horizontes	Privada	1	1	2
Universidade de São Paulo	Pública	2	0	2
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul	Pública	2	0	2



Universidade Federal de Lavras	Pública	2	0	2
Universidade Federal de Minas Gerais	Pública	2	0	2
Universidade Federal de Santa Catarina	Pública	2	0	2
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Pública	2	1	3
Universidade Presbiteriana Mackenzie	Privada	3	0	3
Universidade de Brasília	Pública	1	3	4
Universidade Estadual de Maringá	Pública	3	1	4
Sem Informação	-	5	0	5

Fonte: Dados da pesquisa bibliográfica (2010).

Salienta-se ainda que a produção científica advinda dos estados de Minas Gerais e Santa Catarina (8 autores cada) e São Paulo e Rio Grande do Sul (7 autores cada) representam 62,5% do universo amostral do presente estudo. Ressalta-se, também, a predominância da produção das Instituições Públicas (29 autores) frente a produção das Instituições Privadas (13 autores).

Foram identificados, adicionalmente, os aspectos metodológicos que caracterizam a pesquisa quanto à sua natureza, se quantitativa, qualitativa, quanti/quali ou ensaio, conforme a classificação informada pelos autores dos artigos pesquisados. Consideraram-se, ainda, os trabalhos que não trouxeram nenhuma informação em relação à natureza do estudo. O Gráfico 3 mostra essa distribuição.

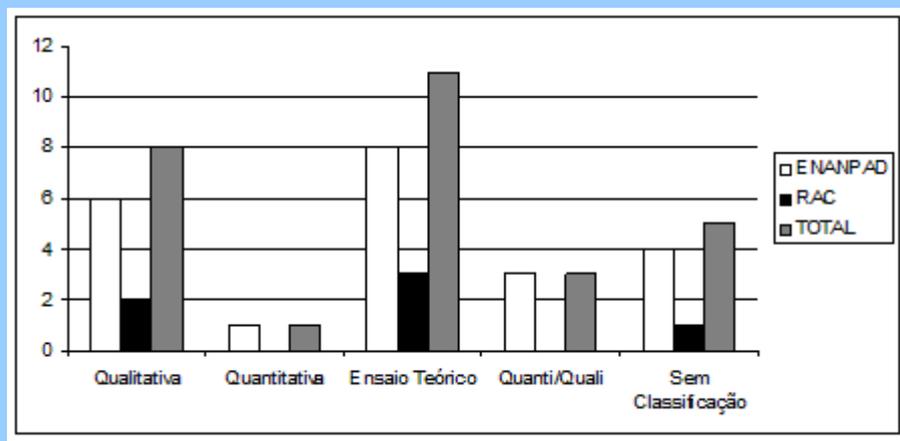




Gráfico 3: Tipos de pesquisa quanto à natureza.

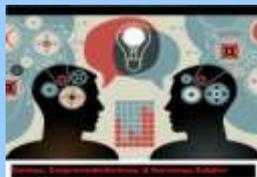
Fonte: Dados da pesquisa bibliográfica (2010).

Percebe-se a expressiva quantidade de Ensaio Teórico, 39,29% do total dos artigos, o que indica a necessidade, por parte dos pesquisadores, em aprofundarem-se no arcabouço teórico dos estudos organizacionais e discutir suas abordagens, além de sua aplicabilidade prática, em concordância com a percepção de Bertero e Keitner (1994), quanto à relativa escassez de trabalhos empíricos na produção acadêmica brasileira, o que acarreta também a presença de diversos modismos na elaboração de pesquisas no campo.

Logo em seguida, 28,57% dos trabalhos são classificados como de natureza qualitativa, o que evidencia o interesse dos pesquisadores de interpretar e compreender determinados fenômenos sociais a partir da concepção das abordagens administrativas. Pode-se questionar se esta predominância não reflete, em alguma medida, a falta de domínio em técnicas quantitativas, dado que foi identificado apenas um artigo quantitativo, o que parece ir de encontro ao enfoque positivista funcionalista dominante na área. Já os trabalhos quali-quantitativos, conjugando características dos dois outros tipos, foram apenas em número de 3. Constatou-se, por fim, que 17,86% dos artigos não apresentam informação quanto à natureza da pesquisa.

Verificou-se também os aspectos relativos à explicitação por parte de cada autor da metodologia utilizada no desenvolvimento da pesquisa. Essa questão foi considerada relevante, pois a definição clara dos aspectos metodológicos, bem como o delineamento da pesquisa, denotam conhecimento por parte do autor do trabalho, em relação ao caráter científico do estudo e a temática estudada.

A maioria dos artigos, tanto do ENANPAD (63,64%) quanto da RAC (83,33%), não evidenciam a metodologia utilizada na elaboração do estudo. Isso se deve, em parte, pelo expressivo número de ensaios teóricos da amostra analisada, devido a seu caráter científico de estrutura flexível, no qual há argumentação rigorosa, porém



com alto nível de interpretação pessoal, permitindo ao autor maior liberdade, à medida que não necessita se apoiar em dados empíricos.

Analisou-se também qual narrativa foi utilizada nos artigos do universo amostral dessa pesquisa. A Tabela 2 traz a distribuição dessas informações.

Tabela 2 – Abordagens das narrativas.

Narrativa Abordada	ENANPAD	RAC	Total
Conhecimento	3	0	3
Poder	2	1	3
Integração	5	1	6
Mercado	1	0	1
Racionalidade	2	1	3
Justiça	2	0	2
Integração, Mercado e Justiça	1	0	1
Racionalidade e Poder	1	0	1
Mercado e Conhecimento	1	0	1
Mercado e Poder	1	0	1
Integração e Mercado	1	0	1
Integração e Justiça	0	2	2
Integração e Poder	2	1	3

Fonte: Dados da pesquisa bibliométrica (2010).

A maioria dos trabalhos no ENANPAD trata de forma mais focada uma única narrativa, 68,18%, o que pode ser justificado pelo fato dos estudos neste evento se caracterizarem, em sua maioria, em estudos empíricos que abordam uma determinada teoria da administração e sua aplicabilidade. Já na RAC, tem-se a minoria dos artigos utilizando esse tratamento individual, 33,33%, pois é feita uma abordagem comparativa entre as teorias organizacionais na maioria dos artigos, principalmente utilizando a forma de ensaio teórico. Contudo, no geral, considerando



os dois meios de publicação, predomina a utilização de uma única narrativa na elaboração dos artigos, representando 60,71% do total.

Dentre as seis narrativas, a mais utilizada nos artigos analisados foi a Integração, presente em 13 deles. Percebe-se a grande recorrência dessa narrativa devido à abordagem das Teorias Contingencial e Sistêmica terem sido as mais utilizadas na elaboração dos artigos, tanto do ENANPAD quanto da RAC. Já as narrativas menos utilizadas foram a Racionalidade e Conhecimento, presentes em apenas 4 artigos cada uma, não sendo caracterizado nenhum relacionamento da não recorrência dessas narrativas.

As características das referências podem ser vistas no Gráfico 4.

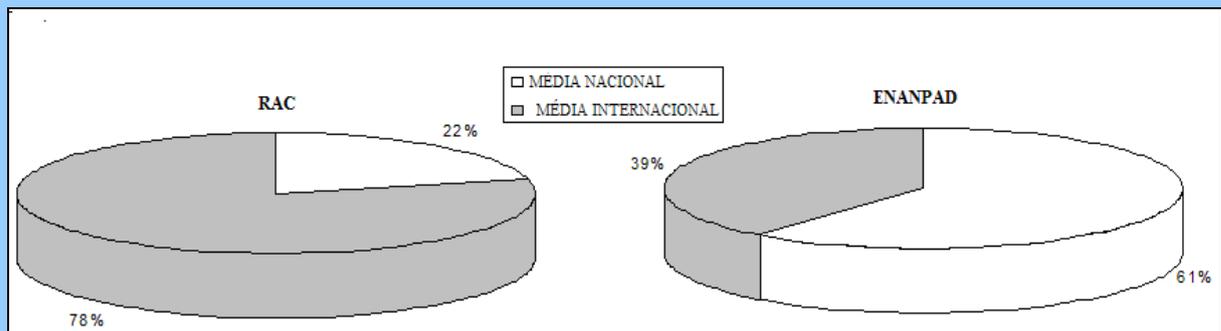


Gráfico 4: Relação entre referências nacionais *versus* internacionais.

Fonte: Dados da pesquisa empírica (2010).

Ao analisar o Gráfico 4, percebe-se que nos artigos dos Encontros da ANPAD há uma predominância de literatura nacional com 61%, o que se inverte nos artigos da RAC, nos quais 78% das referências são em língua estrangeira (inglês, espanhol e francês). Ressalta-se, contudo, que essa predominância de referências em língua estrangeira na RAC deve-se, em grande medida, à presença de dois artigos publicados em língua estrangeira. Ressalta-se, ainda, que os artigos dos Encontros da ANPAD possuíram em média 35 referências e os da RAC aproximadamente 41.





5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste estudo foi investigar, a partir de uma pesquisa bibliométrica, as tendências quanto ao perfil dos autores, das metodologias, dos temas e das referências da produção bibliográfica nacional no campo da Teoria das Organizações.

A partir da análise dos dados, pode-se verificar que não existe um padrão na quantidade de publicações de artigos que tratem do tema no período analisado e que uma grande quantidade de artigos com apenas um autor. Percebeu-se, ainda, a predominância de autores masculinos.

Quanto à origem dos autores, percebe-se a predominância dos estados da região Sul e Sudeste. Contata-se, também, que não há, nos veículos estudados, nenhuma publicação de autores estrangeiros, o que pode significar a não atração por parte desses autores em publicar seus trabalhos em meios de divulgação de países onde as pesquisas no contexto internacional dos Estudos Organizacionais ainda estão se solidificando. A este respeito, ressalta-se que autores consagrados tendem a priorizar veículos internacionalmente reconhecidos, como os periódicos internacionais.

Quanto ao tipo de pesquisa escolhida para o desenvolvimento dos trabalhos analisados, verificou-se uma concentração de ensaios teóricos, e um expressivo número de trabalhos sem classificação quanto à natureza de pesquisa, o que evidencia uma preferência por parte dos autores em aprofundarem-se no arcabouço teórico dos estudos organizacionais, discutindo suas abordagens a desenvolverem estudos empíricos que contemplem as Teorias das Organizações. Conclui-se, também, que a maioria dos artigos possui a metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa de forma estruturada.

Quanto às narrativas utilizadas pelos artigos do universo amostral, conclui-se que, apesar de haver uma diversidade de abordagens nos artigos de forma geral, há uma predominância no ENANPAD em focar uma narrativa específica, enquanto na RAC há uma maior presença de trabalhos que utilizaram as narrativas de forma



combinada. A narrativa mais utilizada pelos artigos analisados foi a Integração, presente em 13 deles, e as menos utilizadas foram a Racionalidade e Conhecimento, presentes em apenas 4 artigos, cada uma.

Pode-se concluir que nos Encontros da ANPAD há uma predominância de referências nacionais, ao contrário do que se constatou em relação na RAC.

A identificação do perfil da pesquisa brasileira sobre as Teorias das Organizações ajuda a compreender como esse tema vem sendo explorado, tanto em congressos como em periódicos, o que pode ajudar acadêmicos e gestores a mapear o campo e a definir agendas de pesquisa. Como sugestão para pesquisas futuras, propõe-se a continuidade deste estudo com a inclusão de outros veículos de divulgação e um aumento no período de estudo. Sugere-se, ainda, a utilização de outros dados a serem analisados.

REFERÊNCIAS

BERTERO, Carlos Osmar; KEINERT, Tania Margarete Mezzomo. A evolução da análise organizacional no Brasil (1961-93). **Revista de Administração de Empresas**, v. 34, n. 3, p. 81-90, mai./jun., 1994.

CAMPOS, Mauro. Conceitos atuais em bibliometria. **Arquivos brasileiros de oftalmologia**. v. 66, p. 1-22, 2003. Disponível em: <<http://www.abonet.com.br/abo/666s/edit07.pdf>>. Acesso em: 18 mai. 2010.

CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia. Introdução: Organização e Estudos Organizacionais. In: CLEG, S.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Org.). **Handbook de estudos organizacionais: Modelos de Análise e Novas Questões em Estudos Organizacionais**. Vol. 1. São Paulo: Atlas, 1999.

FACHIN, Roberto; RODRIGUES, Suzana Braga. Nota Técnica: Teorizando sobre Organizações – Vaidades ou Pontos de Vista? In: CLEG, S.; HARDY, C.; NORD, W.



R. (Org.). **Handbook de estudos organizacionais**: Modelos de Análise e Novas Questões em Estudos Organizacionais. Vol. 1. São Paulo: Atlas, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

GUEDES, Vânia L.S.; BORSCHIVER, Suzana. Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. In: ENCONTRO NACIONAL DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6, 2005, Salvador, **Anais...** Salvador: CINFORM, 2005.

PUGH, D. S.; HICKSON, D. J. **Os teóricos das organizações**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

REED, Michael. Teorização Organizacional: um campo historicamente contestado. In: CLEG, S.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Org.). **Handbook de estudos organizacionais**: Modelos de Análise e Novas Questões em Estudos Organizacionais. Vol. 1. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, Suzana Brada; CARRIERI, Alexandre de Pádua. A tradição anglo-saxônica nos estudos organizacionais brasileiros. **Revista de Administração Contemporânea**. Edição Especial, p. 81-102, 2001.